



## **PROJETO DE DOCUMENTO COMPLEMENTAR N.º 2 AO REGULAMENTO TARIFÁRIO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS**

O regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos (doravante também designado Regulamento Tarifário ou RTR), foi aprovado pela Deliberação n.º 928/2014 e publicado no Diário da República, 2.ª série, de 15 de abril. De forma a detalhar e operacionalizar as suas regras e conforme previsto no artigo 99.º do RTR, foi aprovado o 2.º Documento Complementar ao RTR estabelecendo o conteúdo do modelo para o reporte das contas reguladas reais (Regulamento n.º 202/2017, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 19 de abril de 2017).

Considerando a experiência entretanto adquirida pela ERSAR na implementação do modelo de regulação para as entidades gestoras concessionárias de serviços de gestão de resíduos urbanos no primeiro período regulatório (2016-2018), entendeu-se necessário efetuar um conjunto de ajustamentos ao Regulamento Tarifário e respetivos documentos complementares, tendo em vista a sua simplificação, flexibilização e clarificação.

Assim, o Regulamento n.º 52/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 23 de janeiro de 2018, reviu e republicou o Regulamento Tarifário, introduzindo alterações ao modelo de determinação dos proveitos permitidos que exigem a revisão e adaptação do conteúdo do modelo de reporte de contas reais, constante do 2.º Documento Complementar ao RTR.

O n.º 2 do artigo 85.º do Regulamento Tarifário estipula que a ERSAR pode definir em documento complementar os requisitos mínimos da informação a prestar pelas entidades gestoras nos termos do definido no n.º 1 do mesmo artigo 85.º.

Este novo documento complementar vem, assim, estabelecer o modelo de reporte anual das contas reais das atividades reguladas para efeitos regulatórios, dirigidas a todas as entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal e municipal que prestam o serviço de gestão de resíduos urbanos a entidades gestoras em Portugal continental, e especificar algumas regras regulatórias necessárias à preparação da informação a reportar, no âmbito do Regulamento Tarifário.

Aproveita-se, ainda, para complementar as normas constantes dos números 8 e 9 do artigo 8.º do Documento Complementar n.º 1 ao Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão Resíduos Urbanos, acrescentando os casos omissos e clarificando os procedimentos para abate de ativos à BAR e incorporação dos valores a estes associados nos proveitos permitidos.

No que respeita à ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas, considera-se que o presente projeto impõe obrigações equivalentes às decorrentes do Documento Complementar em vigor, alterando apenas o grau de detalhe de informação em função das alterações que resultaram da revisão do RTR.

Nestes termos, o Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos deliberou, em reunião de 09 de outubro de 2019, e ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º e do artigo 99.º do Regulamento Tarifário, aprovar o projeto de Documento Complementar n.º 2 ao Regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos e submeter o mesmo a audição do Conselho Tarifário e a consulta pública nos termos do artigo 12.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, por um período de 30 dias úteis.

PROJETO DE DOCUMENTO

CONTAS REAIS PARA EFEITOS REGULATÓRIOS .....	4
Capítulo I Disposições gerais.....	4
Artigo 1.º Objeto.....	4
Artigo 2.º Âmbito.....	4
Artigo 3.º Siglas e definições.....	4
Capítulo II Modelo de reporte de contas reguladas reais.....	4
Artigo 4.º Conteúdo e modelo das contas reguladas reais .....	4
Artigo 5.º Responsabilidade.....	7
Artigo 6.º Arredondamentos .....	7
Capítulo II Disposições finais.....	7
Artigo 7.º Revogação .....	7
Artigo 8.º Entrada em vigor .....	7
Anexo Modelo de contas reguladas reais.....	8
Apresentação do ficheiro de reporte de informação para efeitos dos cálculos de ajustamentos aos proveitos permitidos definidos.....	8

## **CONTAS REAIS PARA EFEITOS REGULATÓRIOS**

### **Capítulo I**

#### **Disposições gerais**

##### **Artigo 1.º**

###### **Objeto**

1 – O presente documento complementar, doravante designado DC2, estabelece os requisitos mínimos da informação a prestar à ERSAR no âmbito do reporte anual nos termos do artigo 85.º do RTR das contas reais para efeitos regulatórios, com especificação de regras regulatórias gerais constantes do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, alterado e republicado pelo Regulamento n.º 52/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 23 de janeiro de 2018, doravante designado RTR, necessárias ao reporte de informação periódica à ERSAR.

2 – A informação reportada nos termos do presente DC2 destina-se a permitir o acompanhamento pela ERSAR da atividade das entidades gestoras e, em particular, permitir a realização do cálculo dos ajustamentos aos proveitos permitidos de cada ano do período regulatório, nos termos previstos no RTR.

##### **Artigo 2.º**

###### **Âmbito**

O presente DC2 é aplicável às entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal e municipal responsáveis pela prestação do serviço de resíduos urbanos a entidades gestoras que prestem o serviço "em alta" às quais seja aplicável o RTR.

##### **Artigo 3.º**

###### **Siglas e definições**

As siglas e definições utilizadas neste DC2 são as indicadas no RTR.

### **Capítulo II**

#### **Modelo de reporte de contas reguladas reais**

##### **Artigo 4.º**

###### **Conteúdo e modelo das contas reguladas reais**

1 – Para efeitos do disposto no artigo 85.º do RTR, deve a entidade gestora remeter a informação real relativa a cada uma das atividades reguladas de acordo com o modelo constante do Anexo I

ao presente documento, usando para o efeito o ficheiro em suporte digital disponibilizado pela ERSAR.

2 – Conjuntamente com o ficheiro de reporte referido no n.º 1, deverá a entidade gestora remeter os seguintes elementos:

- a. Relatório descritivo das contas reguladas reais, incluindo fundamentação das diferenças face a valores aprovados, certificação do cumprimento de normativos definidos e demais situações que o ficheiro de contas reais não permita evidenciar/justificar;
- b. Relatório e Contas do ano de reporte (versão assinada digitalizada e versão digital);
- c. Ficheiro justificativo dos preços médios associados às receitas adicionais e respetivas quantidades, de acordo com modelo disponibilizado pela ERSAR.

3 – Sempre que se verifique necessário a ERSAR pode introduzir alterações às fórmulas de cálculo auxiliar dos proveitos permitidos, com o objetivo de assegurar a sua plena funcionalidade e adequação às normas do RTR e presente DC2, não implicando tal facto a alteração da data, prevista no RTR, de reporte das contas reais por parte das entidades gestoras.

#### **Artigo 5.º**

##### **Mais-valias e indemnizações**

1. Para efeitos de manutenção na esfera da concessão dos benefícios económicos decorrentes de ativos registados na Base de Ativos Regulados, o valor e as circunstâncias das alienações e liquidações de ativos e de indemnizações recebidas por perdas de ativos deverão ser comunicadas à ERSAR para apuramento dos montantes a incorporar nos proveitos permitidos.
2. No caso de substituição de ativos em fim de vida útil aprovada pela ERSAR, o seu abate na BAR ocorre na data de aquisição do novo ativo e não dará origem ao reconhecimento de qualquer valor em proveitos permitidos, revertendo eventuais receitas obtidas com a alienação ou a liquidação do ativo abatido para o cálculo de proveitos permitidos.
3. Quando um ativo deixe de ter utilidade antes do fim de vida útil e não haja necessidade de substituição, o abate não dará origem ao reembolso do valor do ativo ainda não amortizado, revertendo o valor de eventuais mais-valias no caso de alienação ou liquidação do ativo para o

cálculo dos proveitos permitidos, por dedução aos custos de exploração, devendo a alienação ou liquidação ser reportada à ERSAR no ano em que ocorra.

4. Quando um ativo deixe de ter utilidade antes do fim de vida útil, por motivo de obsolescência técnica provocada por imposições legais ou pela necessidade de cumprimento dos objetivos de serviço público, e tal seja aceite pela ERSAR, a empresa será reembolsada pelo valor líquido do ativo, revertendo o valor de eventuais mais-valias no caso de venda do ativo para o cálculo dos proveitos permitidos, por dedução aos custos de exploração devendo a alienação ou liquidação ser reportada à ERSAR no ano em que ocorra.

5. Em caso de necessidade de substituição de um ativo por perda total derivada de avaria ou acidente, o seu abate na BAR permite o reconhecimento em proveitos permitidos do valor do ativo ainda não amortizado, limitado ao valor das eventuais mais-valias, indemnizações e/ou quaisquer outras compensações.

6. Para efeitos de incorporação em proveitos permitidos das receitas de alienação e/ou liquidação mencionadas nos números 2, 3, 4 e 5:

- a) no caso de ativos móveis com valor de aquisição superior a 20 mil euros e dos ativos imóveis considerar-se-ão os valores mais altos entre os que forem obtidos pela entidade gestora e os que resultem da média dos dois valores mais altos resultantes de uma avaliação dos ativos em questão realizada por três entidades independentes, aceites pela ERSAR, devendo a entidade gestora remeter à ERSAR os relatórios de avaliação em conjunto com a documentação mencionada no n.º 2 do artigo 4.º;
- b) nos restantes casos, considerar-se-ão os valores das melhores propostas recebidas.

7. Os eventos mencionados nos números anteriores deverão ser reportados da seguinte forma:

- a) abates antes do fim de vida útil, por perda ou cessação de utilidade, deverão ser comunicados à ERSAR no âmbito do procedimento de reporte de contas reguladas reais;
- b) alienações de ativos imóveis deverão ser comunicadas à ERSAR simultaneamente com o envio do pedido de autorização ao concedente;
- c) alienações e/ou liquidações de outros ativos deverão ser comunicadas acompanhando o relatório descritivo das contas reguladas reais do ano em que ocorreram.

## **Artigo 6.º**

### **Responsabilidade**

A responsabilidade pelas contas reguladas reais apresentadas à ERSAR, para efeitos de regulação, nos termos do n.º 1 do artigo anterior do presente documento, assim como a sua divulgação, pertence às entidades gestoras.

## **Artigo 7.º**

### **Arredondamentos**

Os cálculos envolvendo montantes monetários são arredondados ao cêntimo de euro mais próximo.

## **Capítulo II**

### **Disposições finais**

## **Artigo 8.º**

### **Revogação**

É revogado o Documento complementar ao regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos que estabelece o conteúdo das contas reguladas reais, aprovado pelo Regulamento n.º 202/2017, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 19 de abril de 2017.

## **Artigo 9.º**

### **Entrada em vigor**

O presente documento complementar entra em vigor no dia útil seguinte à sua publicação no Diário da República.

## Anexo

### Modelo de contas reguladas reais

Apresentação do ficheiro de reporte de informação para efeitos dos cálculos de ajustamentos aos proveitos permitidos definidos

PROJETO DE DOCUMENTO